

Heitor Villa-Lobos
Coleção Mestres da música no Brasil

Após o grande sucesso da coleção Mestres da Música, com os volumes Bach, Mozart, Tchaikovsky e Beethoven, a Editora Moderna lança, para o público geral interessado e para complementar as aulas de música no ensino fundamental, a coleção **Mestres da Música no Brasil**. Iniciada com Chiquinha Gonzaga, agora é a vez de **Heitor Villa-Lobos**, grande maestro e compositor brasileiro de prestígio e renome internacionais.

Repleto de fotos e obras de arte, este livro também remete ao principal tema de Villa-Lobos: nosso folclore, nossas matas, nosso povo.

O maestro e compositor soube como ninguém captar os sons, os ruídos, as cores e os sabores da nossa terra... Sensível e observador, transpôs para suas composições tudo o que acontecia a seu redor.

A música de Villa-Lobos, autenticamente brasileira, sempre esteve muito adiante de seu tempo, encantando e emocionando pessoas do mundo todo.

Novidade: Este livro possui site na Internet com informações e curiosidades sobre a vida e o tempo de Villa-Lobos e sugestões de atividades para o professor desenvolver em sala de aula. Confira www.moderna.com.br/icones

Editora Moderna

Caça às bruxas: Lobato na mira da censura

Eliane Santana Dias Debus*

Pode-se dizer que a apreciação crítica dos livros infantis de Monteiro Lobato não é um conjunto coeso e unânime de opiniões. O consenso, quer seja negativo, quer seja positivo em relação a sua obra, ao que nos parece, nunca se enraizou. Acolhido como o pai da literatura infantil brasileira, é, ao mesmo tempo, recolhido das bibliotecas públicas e escolas católicas nas décadas de 30 e 40.

Os discursos das autoridades eclesiásticas e governamentais não divergem da opinião de alguns críticos leigos do período. Porém, enquanto a crítica mediava a leitura com opiniões contrárias ou favoráveis sobre determinado livro, a Igreja e o Estado exerciam o seu poder inviabilizando a leitura de forma concreta. E é sobre o poder exercido pela censura para hostilizar a obra infantil lobatiana que pretendemos focalizar nossa comunicação.

Para as autoridades clericais, Lobato é considerado perigoso e a leitura de seus livros infantis, condenável e nociva à formação cristã da criança católica. O escritor é acusado de produzir um discurso anticlerical e amoral, além de propagar idéias permissivas e divulgar exemplos de maus costumes através de suas personagens. Contudo, esse aspecto está estreitamente entrelaçado com o político, à medida que sua postura ideológica (materialista dogmático e dialético), segundo os censores católicos, vai contra a ordem estabelecida.

A ordem, politicamente estabelecida, não vê com bons olhos a empreitada de Lobato em prol do petróleo brasileiro, através da criação da Companhia de Petróleo do Brasil e de suas viagens por vários recantos do país apregoando o seu crescimento econômico propiciado pela extração do ouro negro. Para agravar a situação, em 1936, Lobato publica o livro *O escândalo do petróleo*, denunciando

* PUCRS.

do as atitudes tomadas pelo poder para invalidar o progresso do Brasil.

A instituição do regime ditatorial de Getúlio Vargas em 1937, por meio de um golpe militar, coloca sobre o país uma mordada à liberdade política. Nesse período intensifica-se a perseguição a Lobato, principalmente após a sua recusa em ocupar o cargo de diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda – ironicamente o órgão censor do período – oferecido pelo presidente Getúlio Vargas. Nesse mesmo ano o livro *O escândalo do petróleo é proibido de circular e recolhido das livrarias e bibliotecas*.¹ Esses fatos culminam com sua prisão, por três meses,² no ano de 1941. Lobato comemora a passagem dos seus 59 anos de idade atrás das grades do Estado novo.

A Igreja, com o poder sobre as instituições educacionais católicas, e o Estado, sobre as instituições públicas, movidos por questões de ordem religiosa e política, aplicaram severas retaliações aos livros infantis de Monteiro Lobato, colocando-os como livros indesejáveis e desaconselháveis para as crianças.

A *União*, semanário católico do Rio de Janeiro, provavelmente para fomentar a discussão dos professores católicos no âmbito do Distrito Federal, traz em sua edição de 11 de outubro de 1936 transcrição de documento da Associação de Professores Católicos de Diamantina, que solicita ao Arcebispo D. Serafim Gomes Jardim a proibição naquela arquidiocese da leitura dos livros infantis de Monteiro Lobato, especialmente *Geografia de Dona Benta*, *História do mundo para crianças* e *História das invenções*, por carregarem em suas páginas “uma orientação que absolutamente não satisfaz à consciência cristã da juventude brasileira”.³

O documento assinado pelo presidente da Associação, padre Antônio Cecílio, e o assistente eclesiástico, padre José Avelar, destaca os motivos para tal reprimenda, deixando clara a transposição do teor pedagógico em razão do aspecto político-religioso: “Além dos defeitos de pedagogia, que assinalaram os entendidos e que não são propriamente da nossa competência, sobretudo a frequência de palavras e expressões chulas (como: o *Raio do governo*, etc.) tais livros são eivados do começo ao fim do materialismo mais

crasso e o que é para lastimar são destinados às criancinhas, incapazes ainda de defender a sua fé. [...]”⁴

O “incompetente”, no aspecto pedagógico, presidente da Associação de Professores ilustra com fartos exemplos, extraídos dos livros infantis de Lobato, o motivo das acusações feitas. A resposta, fundamentada no Código de Direito Canônico, do arcebispo de Diamantina, D. Serafim Gomes Jardim, em 26 de setembro de 1936, foi a aprovação irrestrita do pedido que colaborava “para a retirada das mãos das crianças de livros tão perniciosos”.

Parece que o exemplo da Associação dos Professores Católicos de Diamantina e a lembrança do Direito Canônico por uma diocese do interior refletiram na atuação dos professores católicos do Rio de Janeiro, capital do País naquele período. Em 1942, O pátio do colégio Sacré Coeur de Jesus, que funcionava em Laranjeiras em forma de externato, foi palco de um processo inquisitorial, sem direito a confissões de culpa, que culminou numa fogueira improvisada do réu: Lobato e seus livros infantis. Seguindo os preceitos canônicos, a freira mestre do colégio carioca solicitou aos seus alunos, sem maiores explicações, a presença dos livros de Lobato. E, de acordo com o depoimento de Raul de Lima, “Reunidos os volumes, a Revma. Irmã e educadora fez uma fogueira, com alguns paus de bambu, e queimo-os todos”.⁵

O auto-de-fé contra a literatura infantil de Lobato e a sua pessoa, apregoado pela Igreja Católica, encontrou adeptos até mesmo na cidade natal do escritor – Taubaté -. Onde o seu nome foi impedido de circular até mesmo como tema de conferência. Tristão de Athayde assim se reporta a inesperada visita que recebeu no hotel, antes de sua conferência, fato acontecido na década de 30: “Era um emissário da Ação Católica local, advertindo-me do risco de ‘escândalo’ que poderia causar na cidade [sic]. Tal era o preconceito, inclusive local, sobre suas idéias e até mesmo sobre sua coragem de revolucionar os clássicos preceitos da literatura infantil convencional. [...]”⁶

No livro *A literatura infantil de Monteiro Lobato ou comunismo para crianças*, o Padre Sales Brasil exemplifica com trechos extraídos da produção infantil de Lobato o quanto a sua obra é perniciosa para a formação cristã das crianças. Seu livro resulta, segundo o autor, num clamor: “Clamor aos responsáveis pela tranqüilidade

¹ Na cronologia realizada por Marisa Lajolo (*Monteiro Lobato: a modernidade do contra*), esse fato ocorre em 1936, porém no corpo do livro (p. 68) indica ser no ano seguinte.

² A condenação inicial engloba o período de seis meses, mas Lobato cumpriu apenas três devido a um indulto do presidente Getúlio Vargas.

³ Os livros pedagógicos do Sr. Monteiro Lobato em apuros. In: *A União: Semanário Católico do Rio*, Rio de Janeiro, 11 out. 1936.

⁴ Idem.

⁵ CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Nacional, 1955, p. 594.

⁶ ATHAYDE, Tristão. *Monteiro Lobato - I*. In: DANTAS, Paulo. *Vozes do tempo de Lobato*. São Paulo: Traço Editora, 1982, p. 51.

do Brasil, para que – imitando o exemplo que, a esse respeito, nos dá o glorioso e por nós tão venerado Portugal – tenham mão nesses revolucionários de brinquedo. Nesse 'pessoalzinho', que dizendo-se habitar no 'chamado mundo de mentira', vai emigrando de verdade para tantas inteligências; pixando a inocência das crianças – o muro mais limpo, entre os que protegem e exornam a cidadela de nossas tradições".⁷

No entanto, a proibição aos livros de Lobato não ficou restrita somente aos colégios católicos do Rio de Janeiro. O próprio Lobato deixa transparecer a sua mágoa, em carta datada de 18 de novembro de 1944, quando foi interpelado por três meninas cariocas (Nilda, Margarida e Rute), alunas de escola pública, que solicitavam auxílio econômico para a aquisição de um consultório dentário: "Que vergonha! Uma escola da Prefeitura do Distrito Federal em que as crianças precisam andar pedindo esmolas para cuidar dos dentes! Vergonha das vergonhas – mas eu não me admiro, porque uma prefeitura que chegou ao ponto de mandar retirar das bibliotecas das suas escolas os meus livros infantis e queimou-os é naturalíssimo que não pense nos dentes das crianças. É uma prefeitura amiga da cárie. *Asinus asinum fricat*, diz o latim. *Qui ressemblé s'assemble*, diz o francês. Para tal prefeitura, só mesmo a Cárie Dentária".⁸

A imprensa leiga do Rio de Janeiro também fez ataques aos livros infantis de Lobato. O jornal *Diário da Noite*, em 13 de março de 1936, traz em suas páginas o artigo "O Brasil insultado por brasileiros", onde é tecida uma ferrenha crítica às idéias transmitidas por Dona Benta, e conseqüentemente a seu criador, no livro *Geografia de Dona Benta*. Lobato é acusado, entre outras coisas, de incutir na mente das crianças idéias de cunho separatista, contribuindo para o envenenamento de almas ingênuas.

À Companhia Editora Nacional são direcionadas acusações de cumplicidade ao publicar, numa coleção denominada "Biblioteca Pedagógica Escolar, livro de caráter antinacionalista e separatista, "sintoma alarmante da desagregação subterrânea do Brasil". O autor do artigo descarta o recurso, muitas vezes tomado por atitudes individuais de professores, de arrancar as páginas "de livros perniciosos" e aconselha uma posição firme e enérgica das autoridades: "Chamamos para esse livro a atenção de nossos chefes mili-

tares, da mocidade das escolas de guerra, dos patriotas, das associações cívicas".⁹

Lobato defende-se do ataque em entrevista dada ao *Radical*, quando questionado a respeito das acusações expostas em artigo do jornal carioca. O escritor teria realmente insultado o Brasil? "Não há nenhum insulto ao Brasil no fato de uma vovó contar aos netos o que é e todos os adultos sabem. Insulto ao Brasil é a Central e todos os outros serviços públicos federais serem o que são. Não será mentindo às crianças que consertaremos as nossas coisas tortas. Sim, consertando as coisas tortas. Insulto ao Brasil é o governo conservar a nossa maior estrada como perpétua detentora de recorde da desastralidade."¹⁰

Em outra entrevista, ao *Diário da Noite*, o centro da discussão é a publicação no editorial do órgão oficial português *Diário da Manhã* a proibição da venda, naquele país, do livro infantil de Monteiro Lobato *História do mundo para as crianças*. Os motivos se restringem ao tratamento dado por Lobato ao descobrimento do Brasil por Álvares Cabral como "por acaso" e à referência às 1.600 orelhas cortadas da marinhagem árabe por Vasco da Gama. O escritor se defende: "Nada mais fiz senão mencionar um fato histórico que todos os compêndios de história, não torcidos de acordo com as conveniências deste ou daquele povo, mencionam. Ou a história é história e conta o que houve, ou ajeita os fatos conforme o convém aos interesses dum grupo e passa a ser propaganda."¹¹

A campanha contra a permanência dos livros infantis de Lobato nas escolas públicas se faz representativa no ofício, datado de 13 de novembro de 1939, da Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola do Departamento de Educação, Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, representada por Máximo Moura Santos, informa aos diretores da Companhia Editora Nacional a impossibilidade de adoção do livro infantil de Lobato *Emília no país da gramática* nos estabelecimentos escolares de São Paulo: "Esta chefia, que subscreve os termos do referido parecer, não poderá opinar favoravelmente à autorização para que o livro em apreço possa constar em bibliotecas escolares enquanto nas edições persistirem os trechos ou palavras apontadas pela comissão. Reitero a V.S. os protestos de elevada consideração".¹²

⁷ BRASIL, Padre Sales. *A literatura infantil de Monteiro Lobato ou comunismo para crianças*. Bahia: Aguiar & Souza, 1957, p. 307.

⁸ LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1964. (2º tomo), p. 143.

⁹ O Brasil insultado por Brasileiros. In: *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 mar. 1936.

¹⁰ LOBATO, Monteiro. *Préfacios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1964. p. 235.

¹¹ Idem. p. 249.

¹² CAVALHEIRO, op. cit., p. 596.

No mesmo ano, 1939, Lobato comenta em carta a Fausto Alvim estar recebendo seus "castigozinhos". O Ministério da Justiça negara-lhe a autorização para a publicação de uma revista infantil, denominada *O Sítio de Dona Benta*.¹³ O livro infantil *Peter Pan*, adaptado por Lobato dentro de sua linha de introduzir o pessoalzinho do sítio em narrativas clássicas, também foi alvo, em 1941, de perseguição das autoridades de São Paulo, que viam nele mais um ato de subversão do escritor que inculcava na mente das crianças brasileiras idéias contrárias ao nacionalismo¹⁴. Assim, os livros foram cassados pela polícia, com objetivo de serem recolhidos e destruídos, por ordem do presidente do Tribunal de Segurança Nacional, ministro Barros Barreto. O ministro agia sob a influência do parecer do procurador Clóvis Kruel de Moraes que avaliava a produção infantil de Lobato como deformadora do caráter e inviável ao projeto do Estado Novo:

Com exceção do padre Sales Brasil, que se detém no conjunto da produção infantil de Lobato, todos os outros "censores" se referem aos livros voltados para a vida escolar, que abordam conteúdos voltados para o currículo escolar. Entre eles: *Geografia de Dona Benta*, *História das invenções*, *Emília no país da gramática*, *História do mundo para as crianças*. *Peter Pan* é o único título que foge dessa linha e é citado nos discursos de proibição.

Lobato foi censurado, mas foi lido. Tal afirmação parece contraditória, porém parece se confirmar nos depoimentos dos próprios leitores que, durante o mesmo período de proibições, comentam com Lobato, através de cartas, as suas leituras. O autor também endossa esse parecer ao comentar inúmeras vezes com o amigo Rangel a venda excepcional de seus livros infantis.

Num primeiro momento, poderíamos crer que as censuras a leitura de alguns títulos infantis de Lobato não tiveram grandes repercussões e que foram retaliações de uma minoria. No entanto, viu-se que nos dois grandes centros, São Paulo e Rio de Janeiro, os livros de Lobato foram execrados tanto pelo poder religioso como pelo político. Não cumpriram as suas funções?

Talvez a resposta esteja no pensamento das autoridades religiosas e políticas em crer que o espaço escolar era o único capaz de divulgar e propagar os livros de Lobato. A exclusividade da prática leitora no âmbito escolar parece não ser recorrente nesse período. As crianças tinham acesso ao livro fora da escola, encontrando-

o no espaço familiar, nas mãos de uma vizinha, como nos conta Clarice Lispector em *Felicidade clandestina*, ou nas bondosas mãos de um tio, no caso de Lygia Bojunga Nunes.

¹³ NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato vivo*. Op. cit., p. 195.

¹⁴ AZEVEDO, Carmen Lucia et al. *Monteiro Lobato: furação na Botocúndia*. São Paulo: Ed. SENAC, 1997. p. 307-310.